

ANGLOFONIA E POLÍTICA DE LÍNGUAS NO BRASIL

ANGLOPHONY AND LANGUAGE POLITICS IN BRAZIL

Aguinaldo Pereira¹

Resumo: O que se conhece como o português brasileiro hoje é resultado da coexistência de várias línguas em território nacional, sendo estas: as línguas africanas, vindas com os escravos, as línguas indígenas dos nativos brasileiros, o francês no século XIX, as diversas línguas de migração, como o italiano e o alemão e, mais recentemente, com o inglês. No entanto, até que esses empréstimos linguísticos se incorporem à língua escrita, passando a não mais serem percebidos como estrangeirismos pelos falantes, esse fenômeno incomoda muita gente. Daí nasce a tentativa de intervenção como a do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB) anos atrás, que apresentou um projeto de lei tentando resguardar a língua portuguesa dos “malefícios” que as línguas estrangeiras podem causar. Já para outros, o uso de estrangeirismos marca uma posição de conhecimento de outro léxico, posição que às vezes pode ser vista como apropriação indevida de uma outra língua. Pretende-se então, com este trabalho, discutir as reações que o anglicismo tem causado no cenário político brasileiro, em termos de política de língua, bem como avaliar posições concernentes ao referido tema por parte de intelectuais, especialistas, e demais falantes do português do Brasil, no âmbito das atitudes linguísticas.

Palavras-chave: Anglicismo. Atitudes linguísticas. Política de línguas. Língua Portuguesa brasileira.

Abstract: What is known today as Brazilian Portuguese is the result of the coexistence of several languages in the country: African languages, which came with the slaves, the indigenous languages of Brazilian natives, French in the nineteenth century, the various languages of migration such as Italian and German and, more recently, English. However, before those linguistic loans are incorporated to written language, and then being no longer perceived as foreign by speakers, this phenomenon bothers many people. Then comes attempts to intervene: the Congressman Aldo Rebelo (PCdoB) years ago, for instance, presented a bill trying to safeguard the Portuguese language from the "evilness" that foreign languages can cause to it. To others, the uses of foreign brand a position of knowledge from another lexicon, a position that can sometimes be seen as misappropriation of another language. This article aims to discuss the reactions that Anglicism have caused in the political scenario in terms of language politics, as well as evaluating positions pertaining to this matter by intellectuals, specialists, and other speakers of Brazilian Portuguese, in the context of language attitudes.

Keywords: Anglicism. Linguistic Attitudes. Language politics. Brazilian Portuguese.

¹ Aluno do Programa de Mestrado em Linguística da Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso.
Professor de língua inglesa. E-mail: aguinalper@ig.com.br.

O termo estrangeirismo aplica-se às influências de uma cultura sobre outra, compreendendo tanto os costumes e procedimentos como as formas de manifestação da linguagem. Tratamos aqui do estrangeirismo linguístico, em que termos e expressões da língua de um país são adotados pela população de outro. Em princípio, este fenômeno ocorre nas práticas correntes da língua e tem duas direções possíveis: ou as palavras e expressões permanecem como “objetos estranhos” ao vernáculo, ou acabam por ser incorporadas ao léxico da nação receptora de maneira formal e, neste caso, passam a denominar-se empréstimos. Ao serem dicionarizados, alguns empréstimos conservam sua grafia e/ou pronúncia originais, como *know-how*, *show*, *chance*; outros passam por uma adaptação fonológica e ortográfica, como futebol, tsunami e sutiã.

As opiniões divergem quando o assunto é estrangeirismo linguístico. De um lado veem-se os puristas defendendo o vernáculo de todas as “contaminações” que possam “afetar” o bom funcionamento e a “pureza” da língua, e de outro os mais “liberais” que veem os estrangeirismos como parte dos processos de variação linguística e, algumas vezes como elementos enriquecedores do vernáculo. Dessa forma, pergunta-se: por que há uma aceitação de estrangeirismos por parte de alguns grupos sociais contrapondo-se à resistência ao uso desses termos por parte de outros grupos sociais?

Dentro dessa adversidade existente entre conservadores e inovadores é que pretendo tecer um paralelo, abordando questões relativas à política de línguas e atitudes linguísticas.

Parece não restar dúvida quanto à relação intrínseca entre linguagem e sociedade, não sendo nenhum exagero afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano na sociedade atual. Uma vez que a Sociolinguística trata especificamente da relação entre linguagem e sociedade, tendo como objeto de estudo a língua falada em seu contexto social, ou seja, em seu contexto real de uso (Cf. Alkmim, 2004), por esta razão este trabalho de pesquisa ancora-se na Sociolinguística como meio de investigação para as questões levantadas anteriormente, como as de comportamentos e atitudes linguísticas e política de línguas.

As atitudes linguísticas consistem em avaliações e julgamentos dos falantes sobre a própria língua e a língua dos outros. Sobre as atitudes linguísticas, Bisinoto considera que “(...) representam pistas importantes para a compreensão das mudanças linguísticas estruturais, mas também respondem a indagações sobre o funcionamento da própria sociedade, afetada pela heterogeneidade lingüística.” (2007, p. 38) Ainda segundo a autora, não há um consenso quando a discussão é referente à conceituação de “atitudes linguísticas”.

De início, atitudes linguísticas nos faz pensar em “postura, reação ou propósito, mas antes disso há que se considerar os fatores psicológicos e políticos que desencadeiam as atitudes dos falantes perante sua própria língua e a língua do outro. (2007, p. 23)

Segundo Alves (1979), no desenvolvimento de sua conceituação sobre atitudes linguísticas:

(...) a atitude é vista aqui como um processo, dotado de certas etapas, e não simplesmente como um resultado. Ou seja, a percepção do objeto e a demonstração ativa de um indivíduo, a partir dele e com relação a ele, são precedidas e reforçadas por outros procedimentos: o enquadramento do objeto no sistema de crenças e valores do indivíduo e sua eventual reação emotiva a ele. A tendência para um certo tipo de ação torna-se assim o produto, o resultado final desse confronto. (p. 27)

As atitudes linguísticas dizem sobre a real importância da língua na sociedade, especialmente a língua materna. Por parte dos falantes decorrem, na maioria das vezes, de julgamentos preconceituosos concernentes à língua falada. A atitude linguística pode então ser vista como uma resposta ao outro falante, uma resposta favorável ou não, referente ao modo de falar do outro. Appel e Muysken (1996) *apud* Morais (2008, p. 10), falando sobre as atitudes linguísticas, afirmam que elas

(...) são adotadas pela posição social, seja na perspectiva conductista, onde as atitudes são observadas como respostas a determinadas línguas, seja na perspectiva mentalista, onde as atitudes são vistas como um estado interno e mental que pode dar espaço a diferentes formas de comportamento. Dessa maneira, as atitudes linguísticas demonstram entendimento da relação que existe entre a língua e a identidade, pois os grupos têm consciência que existe uma língua considerada inferior, porém o preconceito está relacionado a fatores sociais e não somente a língua falada.

Esse tipo de preconceito foi identificado inicialmente através de uma pesquisa feita por Wallace Lambert, em 1960, segundo Calvet (2002), em que o psicólogo social canadense utilizou a gravação de textos lidos por um falante bilíngüe (francês e inglês) numa modalidade de teste que ele denominou “falante disfarçado”. Esse método consistia em analisar as opiniões que surgiam da parte daquele que escutava somente a voz, e que imaginava o leitor e formulava avaliações sobre ele. Por se tratar da mesma pessoa na leitura dos textos, mudando apenas a língua em que o texto era lido, Lambert chegou à conclusão de que o que estava em pauta nos julgamentos dos “jurados” era a opinião que se tinha sobre a relação entre as duas línguas, ou seja, o prestígio de uma e o desprestígio da outra naquela sociedade. Obviamente

esses níveis de predileção não são dados pela língua em si, tendo em vista que ela não constitui organismo autônomo.

As avaliações dos falantes são decorrentes de questões sociais, políticas, culturais, e, sobretudo, são construídas historicamente, portanto relação entre línguas compreende relação entre sujeitos falantes. Os estudos de Lambert inspiraram pesquisas posteriores na Sociolinguística, tanto no que diz respeito à aplicação de testes avaliativos, como os elaborados por Labov (1977), como no sentido de despertar o interesse por essas relações, tão fundamentais ao estudo da linguagem humana. A conceituação do que venha a ser “atitudes linguísticas”² apresenta diferentes versões, conforme o enfoque da pesquisa e as perspectivas teórico-metodológicas das mesmas. Essa diversidade é constatada quando se confrontam os trabalhos de teóricos como Labov (1977), Fishman (1995), Sherzer e Darnell (1972), Schlieben-Lange (1993) e Rona (1966), conforme observa Bisinoto (2007, p. 26), que explica: (...) “o interesse científico nessa área de pesquisa é multifacetado e se orienta por diferentes ângulos teóricos, o que parece justificar a variedade de procedimentos investigativos”.

Faz-se também necessário dizer do grande interesse da Sociolinguística contemporânea por questões relacionadas às políticas de língua, principalmente com a ideia positivista de língua-nação. Com as grandes navegações e o agregamento de colônias a países como França, Inglaterra, Espanha e Portugal, foi necessário que se pensasse numa forma de vínculo e poderio dessas “novas terras”. Desde então é que a ideia de unificação da língua de uma nação tem sido uma das formas de assegurar fronteiras e soberania. Sobre esse caráter da língua, Fernandes (2010, p. 1) coloca que ela (...) “é um dos principais aspectos do Estado-Nação, pois além de se configurar por si só uma unidade, ela também é instrumento de controle de massas, além de produzir marginalizações e cortes de voz política”.

Dentro do que se conhece por política de línguas é preciso apontar para a diferença entre duas práticas políticas que, de certa forma, interferem na língua: a política institucional e a política social. Como política institucional entende-se aquela que dita qual é a língua oficial, a dos documentos, da escola, das relações internacionais. É a política que detém o poder jurídico de legislar sobre as questões linguísticas, alterando, afirmando ou contestando manifestações linguísticas, e que se exerce pelos poderes constituídos. Fala-se, por exemplo, das tentativas – algumas exitosas – no Brasil e em outros países, de se impedir o uso de palavras estrangeiras por parte da população. Os instrumentos que dão sustentação a essas

² A este respeito ver Bisinoto (2007)

decisões institucionais são, sobretudo, os livros didáticos, os dicionários e as gramática normativas.

Como política social entende-se as relações de força que se estabelecem entre as diferentes posições de falantes existentes em uma comunidade linguística. Refiro-me às atitudes linguísticas adotadas pelos falantes de uma língua ante as variedades das formas e traços linguísticos que a língua apresenta, o que inclui os estrangeirismos. Fatos como o preconceito linguístico, a posição socioeconômica de falantes de uma variedade ante outra, como vários outros fatores determinantes como imposição da variedade X ante a variedade Y, configurando determinada língua.

Estrangeirismo no português brasileiro: novidade?!

O empréstimo, linguístico conhecido como estrangeirismo, ocorre, como posto por alguns escritores, quando alguma palavra ou expressão não possui expressões equivalentes no vernáculo. Para alguns gramáticos como Almeida (1999), Bechara (2006) e Cegalla (1989), o estrangeirismo é considerado um vício de linguagem. A grande discussão em torno dessa temática é a de que há um uso exagerado e desnecessário por partes dos falantes da língua portuguesa no que se refere a esses empréstimos. Vale salientar aqui o significado da palavra estrangeirismo trazido em alguns dicionários, que chegam a atribuir-lhe como sinônimos palavras como “xenismo”, “estrangeirice”, que carregam forte sentido pejorativo e expressam exagero, mania, excesso. No entanto, o estrangeirismo não é visto por todos de uma forma negativa. Segundo Martins (1997, p. 81),

(...) há expressividade quando o estrangeirismo dá à fala um toque de exotismo, quando contribui para dar autenticidade à referência a outras terras e a outras gentes, ou ainda, quando a palavra estrangeira, pela sua contribuição sonora, parece mais motivada que a vernácula.

O uso, por exemplo, do apóstrofo³, encontrado em nomes de estabelecimentos comerciais em várias cidades do Brasil, como *Paulo's Cabeleireiro*, *Danny's Magazine*, mostram esse caráter de “exotismo” da língua estrangeira. O uso do apóstrofo no contexto comercial brasileiro exemplifica também, como às vezes acontece, o empréstimo de um elemento linguístico estrangeiro, sofrendo adaptações que em muitas situações mudam

³ O apóstrofo é usado na língua inglesa para marcar aposto e também para contrair o sujeito ao verbo.

totalmente o significado da palavra. É o que ocorre com as denominações de sanduíches com queijo, em que a palavra *cheese* do inglês transmuda-se em um simples “X” (X salada; X bacon), sem que a maioria das pessoas conheça ou questione o sentido daquela letra no nome do sanduíche. Outro exemplo de uso de palavra que são tomadas em sua forma gráfica e pronúncia original, mas que ganham uma resignificação é a palavra *outdoor*⁴. Esse termo/palavra é usado no Brasil para designar as grandes placas de anúncio que geralmente é posto nas margens de rodovias ou mesmo em locais estratégicos dentro das cidades. No entanto, o equivalente em língua inglesa é a palavra *billboard*.

Na situação real de uma língua, ou seja, no cotidiano de seu uso, é que se percebe o movimento e as transformações que ocorrem nela. As línguas não surgem prontas, do nada, não têm “geração espontânea”, elas se formam e se transformam na sociedade. Para exemplificar isso, poderíamos citar o caso do Latim, que em sociedades diferentes e em contato com outras línguas, derivou línguas diferentes (Português, Espanhol, Francês, Italiano). Também não são “puras” ou engessadas, elas evoluem, mudam, constituindo-se por movimentos políticos e sociais.

Os estrangeirismos podem ser vistos ao longo da história brasileira. Os chamados galicismos, por exemplo, tiveram seu momento de especial prestígio no português do Brasil, quando o francês desfrutava a avaliação de língua da intelectualidade, das artes, da filosofia, especialmente no século XIX, após a revolução burguesa. Não são poucos os vocábulos e expressões do francês, incorporados ao léxico brasileiro por força do uso, como vitral, chance, crachá. Outras, como *chauffeur* (hoje dicionarizada “chofer”), surgem em função da evolução tecnológica. Neste caso, chofer, que segundo Houaiss e Villar (2001), aparece no português em sua forma original no ano de 1906, atendendo a uma necessidade: a de denominar o condutor do automóvel, novidade tecnológica da época. Mais precisamente na metade do século XX, com o avanço da informática e, conseqüentemente, com o surgimento da internet, o fenômeno de empréstimos linguísticos da língua inglesa (anglicismos) passa de uso necessário de palavras que não encontram tradução no português brasileiro, como o caso de *hardware* e *software*, ao que, para muitos, passou a ser o uso desnecessário do estrangeirismo, como o caso de palavras *workshop*, *coffee break*, *sale*, *fast food*, etc.

Como somos muito mais consumidores do que produtores de novidades tecnológicas, bem como de filmes de alcance ou repercussão planetária, a velocidade em que são colocados

⁴ Outdoor no dicionário online *The Free Dictionary* (<http://www.thefreedictionary.com/outdoor>), assim define o termo: Located in, done in, or suited to the open air. (Localizado, feito ou adaptado ao ar livre – tradução minha).

novos produtos à disposição no mercado, faz com que se incorporem palavras estrangeiras ao português do Brasil, para se designar estas novidades, ao invés de criar termos próprios. Muitos desses termos são inseridos no léxico com adaptações morfossintáticas. A exemplo, poderíamos citar o caso do verbo frasal do inglês americano *to log in*, usado atualmente entre os usuários de computador como “logar” ou *to delete*, que se a portuguesa na forma “deletar”.

Políticas de língua – o estrangeirismo no português brasileiro

Sobre as questões de intervenção política na língua por meio de legislação, muito bem observou Calvet (1996) ao afirmar que:

desde siempre los individuos han intentado legislar, fijar el uso correcto o intervenir en la forma de la lengua; desde siempre, también, el poder político ha privilegiado tal o cual lengua, ha elegido gobernar el Estado en una lengua o imponer a la mayoría la lengua de una minoría. (p. 1)⁵

Isso foi observado recentemente no Brasil na iniciativa do deputado federal brasileiro Aldo Rebelo, no ano de 1999, ao propor à Câmara dos Deputados um projeto de lei que criava regras para o uso de palavras ou expressões em língua estrangeira. Esse polêmico projeto de lei ensejou vários debates em torno do português falado no Brasil, sob várias perspectivas. De um lado os puristas, defendendo a língua de todas as “impurezas” que possam “contaminar” o vernáculo, e de outro os liberais, que acreditam que tais usos não atrapalham em nada a nossa língua, e, muito pelo contrário, a fazem mais rica. Dentre os liberais podemos citar Marcos Bagno, o qual divulga sua *militância* em vários de seus trabalhos, bem como em sua *web site*⁶.

Logo no início de seu projeto, o deputado federal Aldo Rebelo aponta o intuito de tal projeto de lei: “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.” No parágrafo 1º, inciso II, define a língua oficial do Brasil, referida no inciso anterior: “é a forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares.”

⁵ As pessoas sempre tentaram legislar, definir o uso correto ou intervir na forma da língua; da mesma forma também, sempre houve favorecimento do poder político para um idioma em detrimento de muitos, a escolha de uma língua para governar o Estado, ou impor a maioria uma língua minoritária. (tradução minha).

⁶ marcosbagno.com.br/site/

Nota-se que, com a afirmação de que o português é a língua do “povo brasileiro”, o documento homogeneiza o falar brasileiro, considera o povo brasileiro como falante de uma única língua, e exclui os falantes das línguas de minorias, como os das línguas indígenas, línguas de imigrantes e línguas de fronteiras. Essa postura não é uma novidade na história das línguas. Bisinoto (2007), ao descrever o processo de expansão e unificação do francês na França pós-revolução burguesa, explica que aquela meta política tinha como ação fundamental “aniquilar” os patoás e demais falares que se praticavam no país. Considera a autora que esse recurso político “... corrobora ainda hoje com a ideia mais ou menos generalizada de que a instituição de uma língua nacional pressupõe a tarefa de extinguir formas linguísticas outras...” (Idem, p. 31)

Observe-se ainda que a definição de língua oficial, dada no projeto, inclui os “moldes populares”. É de se perguntar se a linguagem popular do brasileiro, com tanta inobservância às regras gramaticais, teria, efetivamente, lugar no campo das questões de cunho oficial no Brasil. Salvo raras exceções, a liturgia do que é oficial exige alto grau de formalidade linguística, desde um concurso público municipal a uma representação diplomática. A tolerância ao “popular” tem lugares bem diferentes e, no âmbito do poder constituído, raras exceções. Guimarães (2003, p. 48) define língua oficial como “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”, logo, “ações formais” exigem língua formal. A “língua oficial” está representada nos instrumentos formais: gramáticas e dicionários.

Outra coisa interessante é que, apesar de o projeto inicial do referido deputado tratar do zelo pela língua portuguesa e a proteção da mesma ante o estrangeirismo, os exemplos apresentados são todos da língua inglesa. Percebe-se com isso uma aversão a determinada língua, incômodo que não é exclusivo no Brasil, e parece se explicar pela repulsa à hegemonia política americana na opinião de Rajagopalan (2005, p. 140) “a desconfiança em relação à língua inglesa se confunde com as dúvidas a respeito das pretensões do Grande Irmão do hemisfério norte, pautadas na longa história de intromissões nos assuntos internos desses países.” Nas próprias palavras do linguista nota-se uma ironia sutil e uma velada reprovação à política externa dos Estados Unidos.

É oportuno registrar que enquanto no Brasil o anglicismo é uma prática que ganha força com a classe jovem burguesa, conforme a visão de Aldo Rebelo, o hispanismo, nos Estados Unidos, ganha força com a presença de falantes do espanhol, principalmente os

conhecidos *workclass*⁷. A intolerância quanto à prática de incorporação de palavras de outro léxico à língua vernacular se dá, principalmente, com o argumento de que a grande maioria dos falantes do vernáculo não compreendem as palavras estrangeiras.

As atitudes dos brasileiros frente aos estrangeirismos

O debate brasileiro em torno dos estrangeirismos tem polarizado as opiniões de teóricos, intelectuais e políticos, e tem rendido defesas apaixonadas de um e outro lado. Para alguns, atitudes positivas, entendidas como aceitação de anglicismos por parte dos brasileiros, muitas vezes demonstram certo desdém à língua nacional. A este respeito, vejamos as palavras de Manziolillo (2000, p. 1) sobre a desnecessidade de termos estrangeiros e do “perigo” da aceitação exagerada pelo falante:

línguas muito receptivas a toda e qualquer influência externa também podem se descaracterizar e perder a eficiência comunicativa, o que acontece, por exemplo, quando nem mesmo a existência de correspondentes vernáculos é capaz de impedir a utilização de expressões estrangeiras, especialmente as ligadas ao campo tecnológico, como é o caso de *attach* (anexar), *link* (ligar, unir / ligação), *delete* (apagar, suprimir), *start* (iniciar, começar) que, baseadas no modelo português, originam verbos estranhos como *linkar*, *deletar* e *startar*, francamente desnecessários.

De outro lado, Garcez e Zilles (2002, p. 25), de certa forma contrariando a opinião posta anteriormente, direcionando especificamente para os “defensores do vernáculo”, dizem que este

(...) defende a língua de poder na comunidade reúne o apoio de todo o espectro político partidário da classe dominante em torno de um ideário nacionalista conservador que elege a língua nacional, idealizada como pura e única, para organizar formas simplistas de dizer o mundo social, para organizar formas simplistas de dizer o mundo social de modo a mantê-lo como gostariam que estivesse, ou seja, livre de adversidade.

Como se vê, entre estas duas opiniões há divergência de ideias, formas diferentes de aceitação. Entre os falantes do português brasileiro também há esse caráter não uniforme ante a aceitação do anglicismo, no entanto, como colocado anteriormente, a forma histórica em

⁷ Classe social de menos prestígio, termo referente a pessoas de pouca escolaridade que fazem parte da classe trabalhadora.

que o Brasil se desenvolveu contribui para que uma grande parte, ou melhor dizendo, a maioria dos falantes do português brasileiro não se atentam para discutir a necessidade ou não do uso de termos estrangeiros.

Ante a mudança linguística, alguns políticos se colocam como responsáveis por *resguardar* a língua. Situação como esta, já mencionadas aqui, como o caso do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB/ SP), e mais atualmente com o projeto de lei do Deputado Estadual Raul Carrion (PCdoB/ RS), aprovado pela Câmara, obriga traduções em “todo documento, material informativo, propaganda, publicidade ou meio de comunicação através da palavra escrita”.

A respeito deste tipo de intervenção política, Faraco (2002, p. 44) coloca que tal projeto (...) “agrada incondicionalmente aos xenófobos, aos nacionalistas canhestros, aos autoritários em geral (...) se sustenta nesses discursos sociais (...) e ao mesmo tempo o sustenta”.

Mas afinal, quem estabelece as formas de se usar uma língua – o povo ou os poderes constituídos? Apesar de a resposta parecer óbvia e apontar para uma resposta única, o fato é que a normatização da língua (fazendo parte dos poderes constitutivos), também tem o papel de assegurar o bom funcionamento da língua, e até certa forma, faz com que a língua tome certos rumos. Concomitante a isto, podemos perceber que os falantes da língua nem sempre obedecem às normas institucionalizadas, conhecida como padrão. A dinâmica da língua falada obedece a regras próprias, já observadas na conhecida experiência de William Labov (1977) na ilha de Martha's Vineyard, bem como em muitas outras pesquisas da Sociolinguística, tais como em Lambert (1960), Fishman (1995), dentre outros.

Conclusão

Aos que defendem a ideia de uma língua homogênea, esquecem-se de que a língua portuguesa no Brasil é resultado (ainda em processo⁸) de influências de várias outras línguas, e que muito do que se encontra no léxico hoje, e usado com a maior naturalidade e sem levantar nenhuma suspeita, foi emprestado de outra língua no passado. Como exemplo temos palavras como *boate, balé, futebol, hotel, garçom, menu, etc.* Mesmo não sendo algo nada novo, Garcez e Zilles colocam que, aos que discutem o estrangeirismo, acreditam que (...)

⁸ Não quero exprimir com isso a ideia de que a língua tenha um ponto final no processo de formação.

“sejam fenômeno exclusivo do momento histórico atual, representando uma insidiosa invasão estrangeira por meio da língua”. (2002, p. 24)

Discutindo sobre os anglicismos, Garcez e Zilles fazem a pergunta e logo a responde: ”Fazem mal? Tanto quanto as ondas que vieram antes, como a dos galicismos – os empréstimos franceses do início do século XX – passageiros, na maior parte; incorporados sem cicatrizes, os mais úteis ou simpáticos. Reprimi-los, por quê?” (p. 23)

Então porque o uso dos anglicismos causam tanto debate e discussões em nosso meio? Parece não ser um fato unicamente brasileiro. Um grande debate em torno da língua se travou nos últimos anos nos Estados Unidos concernentes ao uso de outras línguas. Esse movimento conhecido como *English Only*⁹ dividiu o país em duas partes: os que acreditam que o país não deveria tolerar ou dar suporte para o uso de línguas estrangeiras e os que acreditam que em um país plurilíngue, adotar uma única língua seria um ato de preconceito com as demais. Mesmo sendo outra situação, podemos comparar as atitudes linguísticas em torno das duas situações, analisando também as políticas de línguas do governo americano e brasileiro ao tentar intervir no uso da língua através de ações políticas.

No entanto, esse argumento perde força, principalmente quando se pensa sobre os vários tipos de falante do português brasileiro, por exemplo, nas diferentes partes do Brasil. Como bem colocado por Garcez e Zilles (idem), substituir o “fazer um *download* de um software” por “baixar um programa” pode não significar nada para muitos falantes do português, mesmo após a substituição de termos estrangeiros pelo idioma português. A respeito do preconceito ao uso de estrangeirismos, os autores colocam que (...) “o equívoco está, por um lado, em não ver que usamos a linguagem, com ou sem estrangeirismos, o tempo todo, para demarcarmos quem é de dentro ou de fora do nosso círculo de interlocução” (...) (p. 31).

Vê com isso que a discussão em torno da língua que a pensa como algo que possa ser manipulado com leis políticas reforça o preconceito as diversas formas de se falar uma língua, conhecido pela Sociolinguística como variações linguísticas. Percebe-se que políticas de línguas como a proposta do *English Only* e a do projeto de lei 1676/ 1999 do Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB/ SP) ignoram essa diversidade linguística, acreditando em uma língua unívoca, falado por uma maioria de pessoas instruídas como eles, ignorando o falar de pessoas, como ele próprio diz, dos rincões do Brasil, que não conhecem termos como

⁹ Cf. Donald Macaco. The Colonialism of the English Only Movement. (2000)

software ou *download*. No entanto, projetos como este não asseguram, como por exemplo, acesso a pessoas desses rincões, conhecimento e uso da norma dita padrão, o que acreditamos possibilitar acesso às classes sociais de melhor prestígio.

Além de empréstimos que vem acoplado com artefatos computacionais, vale ressaltar outros empréstimos veiculados através da mídia em decorrência de ocorrências com repercussão internacional, como o caso da palavra japonesa *tsunami*, amplamente divulgada após a tragédia que matou milhares de pessoas na costa da Indonésia. Outro exemplo é a palavra *bullying*, não tendo um nome correspondente ao português, devido sua exaustiva discussão na mídia internacional, o que lhe rendeu a herança de seu termo em inglês.

Na mídia, principalmente a televisiva e a virtual, a menção aos fenômenos vem sempre seguida de explicações e imagens, o que parece facilitar a absorção das palavras. Outras palavras adquiridas em outros contextos, principalmente no meio mais escolarizado, é o que parece mais incomodar os puristas. A justificativa, como colocada em entrevista concedida pelo deputado Aldo Rebelo na revista online *Isto É Independente*¹⁰, é de que o uso de tais termos pela classe burguesa é incompreensível no meio de menos prestígio social. A este respeito, Possenti (2002) coloca que “compreender ou não uma língua ou uma variedade dela é um problema de escolaridade do cidadão e de frequência a discursos, e não de nacionalidade da língua ou de origem de um termo.” (p. 166)

Historicamente, o português brasileiro sempre recebeu incorporações de outras línguas. Os topônimos dados a centenas de cidades brasileiras, bem como a acidentes geográficos, por exemplo, não são percebidos por grande parte de falantes como sendo nomes de origem estrangeira, mesmo sendo eles de origem tupi-guarani, africana, dentre outras. Araraquara, Curitiba, Maranhão, Paraná, Pará, Paraíba, são nomes da qual sua origem passam despercebidos. Há de se mencionar também a influência das línguas africanas na nomeação da culinária brasileira.

Os empréstimos no português de Portugal se constituíram de forma diferente, e o idioma também não permaneceu intacto aos empréstimos, no entanto este teve outras influências, como as da língua árabe, por exemplo. Sendo assim, a distante geográfica, tem sido colocado pela Sociolinguística como uma das causas que faz com que uma mesma língua siga direções diferentes. Por sofrer influências africanas, indígenas e tantas outras, o

¹⁰ <http://www.terra.com.br/istoe-temp/1621/1621vermelhas.htm>, acessado em 12 de Janeiro de 2012.

português falado no Brasil vai se configurando diferente do português falado em Portugal, que sofre com influências de outras línguas.

Percebe-se, ao olhar o Brasil ao longo dos séculos, que somos um país miscigenado, integrador e sincrético. Com este caráter histórico-social, pode se dizer o mesmo concernente à língua portuguesa. Os movimentos históricos que mesclaram a língua portuguesa no Brasil (o contato com as línguas indígenas no período colonial, a vinda dos negros, as grandes imigrações do fim do século XIX e início do XX – italianos, árabes, japoneses, alemães), fazem hoje com que a receptividade e a absorção de traços linguísticos de outras línguas seja algo não somente tolerável, mas também como progresso intelectual. Legislar sobre a língua não quer dizer que se devem criar meios para proteger a língua da descaracterização de sua forma. Há sempre de se pensar numa língua e seus falantes. Pensar em políticas de língua, assim como colocado pela proposta requerida ao senado da república pelas entidades ANPOLL, ABRALIN e ALAB, requer pensar no caráter multilíngue de nosso país, bem como nas diversas formas do falar português; combater ao preconceito linguístico que causa exclusão social e incentivar a pesquisa científica na área da linguística.

Referências

- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 1999
- ALKMIN, T. M. Sociolinguística (parte I). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, V.1, 4. ed., São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-47
- ALVES, M. I. P. M. **Atitudes Linguísticas de Nordestinos em São Paulo**. 1979. Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.
- BISINOTO, L. S. J. Campinas, 2007. **Migrações internas, normas e ensino da língua portuguesa**. Tese (Doutorado em linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. **Atitudes Sociolinguísticas: Efeitos do Processo Migratório**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.
- _____. Uma reflexão sobre atitudes linguísticas. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n 22, 2009, p. 35-44.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **Las Políticas lingüísticas**. Presses Universitaires de France, 1996. Acessado em <http://pt.scribd.com/doc/6586151/Calvet-Las-Politiclas-Linguisticas>

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

FARACO, C. A. Guerras em torno da Língua – questões de Política Linguística. In: _____. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002, p. 37-47

FERNANDES, T. G. **Língua e Poder: A Língua como instrumento ou estratégia política nos Países de Língua Portuguesa**. Revista Geo-Paisagem, Ano 9, nº 17, 2010, Janeiro/Junho de 2010.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei Nº 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2002. p. 107-125

FISHMAN, J. A. **Sociologia del lenguaje**. Trad. Ramón Sarmiento e Juan Carlo Moreno. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

GARCEZ, P. M; ZILLES, A. M. S. **Estrangeirismos: Desejos e Ameaças**. In: FARACO (org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2002, p. 15-47.

_____. **Carta Aberta ao Governador Tarso Genro**. (2011) Disponível em: http://www.unisinos.br/diversos/ju/carta_aberta_tarso.pdf Acesso em: 20/10/2011

GUIMARÃES, E. **Enunciação e política de línguas no Brasil**. Revista Letras. nº 27/ Ano 2003, p. 47-53.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

MACEDO, D. **The Colonialism of the English Only Movement**. Educational Researcher. Vol.29, N.3 (Apr.2000), p.15-24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1176913> Acesso em: 12/12/2011

MANZOLILLO, V. **Empréstimo Linguístico: Necessidade ou Modismo?** 2000. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_69-78.html acesso em: 23/05/2011.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1997.

MORAIS, C. de. **Bilinguismo: o preconceito da sociedade**. In Revista Travessias.

Disponível em:

<[http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/linguagem/biliguis
mo.pdf](http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_002/linguagem/biliguis
mo.pdf)> Acesso em: 14/08/2011.

POSSENTI, S. A questão dos estrangeirismos. In: FARACO (org.) In: FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2002, p. 163-176.

RAJAGOPALAN, K.. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. In: Yves Lacoste. (Org.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo - SP: Parábola, 2005, p. 135-159.

RONA, J. P. **El Status Social y Cultural del Guarani en el Paraguay**. In CORVALAN, G.; GRANDA, G. de (comp.): Sociedad y Lengua: Bilinguismo em El Paraguay: Assución, CEPES, 1966.

SCHLIEBEN-LANGE, B. **História do falar e História da Linguística**. Tradução: Fernando Tarallo et alii, Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

SHERZER, J.; DANELL, R. **Outline Guide for Ethnographic Study of Speech Use**. In GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (eds.) Directions in sociolinguistics. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc, 1972.

Texto recebido em 04/03/12.

Aprovado em 18/03/12.